



## O BÁRBARO COMO CONSTRUTO. UMA REDISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA DAS MIGRAÇÕES GERMÂNICAS À LUZ DOS CONCEITOS DE CULTURA, CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

Ronaldo Amaral<sup>1</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Recebido 15/07/2014

Aprovado 15/12/2014

**Resumo:** A partir de algumas discussões recentes a respeito dos conceitos de cultura, civilização e barbárie, realizadas pela História e por outras ciências humanas a ela afins, e tendo sobretudo em mente as vicissitudes espaciais e sociais nas quais nos depararíamos com a *práxis* daqueles conceitos, empreenderemos aqui nossa própria visita a eles. Para tal abordagem, nos debruçaremos sobre um período e um acontecimento privilegiado, a Antiguidade Tardia das “migrações germânicas” em direção ao Ocidente Romano.

**Palavras-chave:** Bárbaro – Civilização – Conceito.

### THE BARBARIAN AS A CONSTRUCT. A HISTORIOGRAPHICAL REDISCUSSION ABOUT THE GERMANIC MIGRATIONS UNDER THE CONCEPTS OF CULTURE, CIVILIZATION AND BARBARISM

**Abstract:** From some recent discussions about the concepts of culture, civilization, barbarism, made by history and other social sciences related to it, and especially having in mind the social and spatiotemporal vicissitudes in which we face with the praxis of these concepts, we will undertake our own revisiting these concepts. For this approach, we will lean on a period and a privileged event, the Late Antiquity of "Germanic migrations" toward the Roman West.

**Keywords:** Barbarian – Civilization – Concept.

### Uma História a partir dos conceitos para uma conceitualização da História

O presente trabalho tem por objetivo empreender uma discussão historiográfica acerca do fenômeno das migrações germânicas (séculos IV e V essencialmente), à luz de um revisionismo crítico de alguns conceitos-chaves para a sua compreensão enquanto História da cultura,<sup>2</sup> sobretudo a partir de suas matizes antropológicas e linguísticas. Para tanto, empreenderemos uma crítica

<sup>1</sup> E-mail: ronaldumaral@hotmail.com. Endereço de correspondência: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Av. Ranulpho Marques Leal, 3.484, Caixa Postal 210, CEP: 79620-080. Três Lagoas – MS – Brasil.

<sup>2</sup> Isto é, enquanto implique novos métodos mais que novos objetos, como aqui requeremos ensinar a partir do estudo do encontro de culturas dissonantes e de suas profundas relações daí oriundas, ora tendendo a acomodações, ora ao rechaço, ora as imposições unilaterais, ora as reciprocidades e as recepções mútuas. BURKE, Peter. **O que é História cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 9.

principalmente dos conceitos “civilização” e “barbárie”, assim como suas possíveis adjetivações, buscando, para além de seu significado conceitual, suas evoluções semânticas e, portanto, suas implicações para o momento histórico os quais viriam a tocar, e tanto como percepção como representação. No bojo de tal abordagem nos encontraremos, necessária e imperativamente, com o sempre controverso conceito de “cultura”. Dada sua natureza complexa e polissêmica, a nosso ver, mais que interdisciplinar ou multidisciplinar, um verdadeiro tecido conjuntivo entre as disciplinas,<sup>3</sup> não poderíamos mesmo pretender aqui, por competência e espaço, promover uma definição sua, ou mesmo seu histórico ou balanço conceitual. Contudo, desejamos, fazendo eco e justiça a tão aclamada interdisciplinaridade, sem a qual, a nosso ver, a pesquisa em História estaria fadada ao antiquarismo ou ao positivismo mais elementar, discutir, por exemplo, o conceito de cultura na sua relação com a História sobre uma perspectiva antropológica ou mais particularmente linguística, ou filosófico-linguística. Como se verá linhas adiante nos colocaremos sob a inspiração e a égide de autores como Tzvetan Todorov e Umberto Eco. A abordagem antropológica que permeará nossa análise, mas a ela não nos remeteremos de modo direto por razões de espaço e escopo, parece tocar precisamente as circunstâncias aqui investigadas no sentido de trazer à luz a comumente visão, encontrada nas nossas fontes, de que determinada cultura, seja a do indivíduo ou de um grupo, constitui-se como resultado imperativo de seu pertencimento a um lugar biológico, em detrimento, por exemplo, da tese que sustenta a existência de uma cultura comum, ou seja, de uma cultura portadora de valores universais que extrapolaria os condicionamentos biológicos.<sup>4</sup> Contra isso, insistamos, a natureza biológica, ou seja, o nascimento e o pertencimento há um determinado grupo humano, definiria a própria cultura do indivíduo (inclusive nos seus aspectos psicológicos e sociológicos), fundando aquela visão determinista que redundou na própria justificação da etnogênese a qual nos foi legada desde a antiguidade grega e romana. No entanto, essa discussão é tão só o pano de fundo

---

<sup>3</sup> Aproveito-me aqui, por meio de um uso próprio, do termo forjado por Gilbert Duran na sua definição do imaginário como ferramenta teórica para as múltiplas ciências humanas que dele se valem em suas pesquisas. DURAN, Gilbert. **Campos do imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 231.

<sup>4</sup> GEERTZ, Clifort. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 31.

para nossa abordagem mais premente, ou seja, a crítica histórica interdisciplinar aos próprios conceitos de “barbárie” e “civilizado”. Ambos os conceitos também não serão aqui esgotados em suas análises *per se*, mas enquanto nos ajudem a entender, pela ótica de uma História da Cultura, sobretudo no que toca as estruturas antropológicas e linguísticas como já dissemos, o seu significado de acordo com o momento histórico e sociocultural para os quais seriam requisitados; a historização desses mesmos conceitos far-se-á igualmente necessária, por meio da análise e da compreensão de suas evoluções semânticas, para a sua compreensão mais coerente quando da sua cristalização nas experiências da vida concreta, mesmo aquela constituída enquanto representação. Aqui seu significado histórico deverá então suplantar o seu significante enquanto conceito para então poder implica-lo cultural e socialmente. Jacques Le Goff preocupado com os fundamentos teórico-metodológicos para uma prática historiográfica interdisciplinar já anotava nesse sentido a importância da crítica conceitual “O desaparecimento ou aparecimento de termos, a evolução e as transformações semânticas do vocabulário fazem parte do próprio movimento da História”,<sup>5</sup> e se adotássemos aqui uma análise a partir do pós-modernismo de White poderíamos acrescentar que as palavras, os termos, os conceitos, a estrutura do texto e seus imperativos, construiriam a própria História sem mais filosofias ou questionamentos que não aqueles que emergiriam do próprio texto.<sup>6</sup>

Isso colocado, a análise das fontes oriundas do período aqui indicado, como aquelas atribuídas a Aminiano Marcelino, Isidoro de Sevilha, Paulo Orósio deverá recair essencialmente sobre sua própria estrutura interna no sentido de verificar as mutações/permanências dos significados socioculturais de seus termos/conceitos e a partir de então suas implicações sócio históricas. A crítica historiográfica acerca dessas fontes, que as constituem tanto quanto a autoria “pessoal” e às circunstâncias culturais do lugar que as teriam produzidas, terão o poder de nos evidenciar que os conceitos aqui revisitados podem ser melhor compreendidos se apreenderem coerente e inteligivelmente a nossa percepção atual ou mais atualizada, para serem então recolocados nas suas circunstâncias

---

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994. p. 24.

<sup>6</sup> WHITE, Hayden. **Meta-História**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 18.

mais primitivas, ou seja, aquela da fonte mesma, se é que isso seja em si possível. Isto nos permitirá, portanto, senão a compreendê-las de modo o mais verdadeiro, ao menos sob uma perspectiva mais salutar, ou seja, aquela que leva em conta a compreensão da História enquanto um conhecimento especulativo e cumulativo, construído pelo contínua releitura de suas fontes, que a cada tempo, de acordo com suas especificidades socioculturais e mentais, ademais das subjetividades do leitor/investigador, podem imprimir uma compreensão histórica (e porquê não dizer a História mesma) a melhor possível, pois consoante a seu presente e a seus espíritos fundantes. Nosso artigo quer assim propor um *modus operandi* para um fazer História, entendida não como conhecimento do passado, mas como resultado do seu próprio processo de conhecimento.<sup>7</sup> Mais uma vez os conceitos são, por essa sua natureza de multividência e abertura, cuja melhor historização só é possível na sua última sedimentação, ou seja, aquela do presente do próprio historiador (mas também sendo necessário uma arqueologia nesta sedimentação a partir de suas muitas conotações espaço-temporais, ideológicas e mentais que a formou), ferramentas privilegiadas para a uma tal abordagem histórica. Os termos aqui criticados serão assim relidos nas suas fontes antigas enquanto nos tragam uma nova luz, senão sobre aquele período mesmo, sobre o processo histórico que desencadeou e os resultados de seus desdobramentos até nós.

Será, portanto, nesse quadro espaço-temporal de transformações, primeiro conjunturais, e posteriormente estruturais, como o próprio aparecimento do cristianismo como civilização, que assistiremos, e tanto em seus aspectos socioculturais quanto mentais, um cenário realmente privilegiado para o tema que propomos se tivermos por olhar as ditas “migrações bárbaras”, isto é, as incursões, mais ou menos pacíficas, mais ou menos céleres, dos povos “germânicos” em território romano, sobretudo a partir do século V.

### **De novo o conceito: “invasões” ou “migrações” germânicas?**

Devemos perceber no mais, que o termo “invasões bárbaras”, comumente utilizado para designar esse fenômeno histórico, e consagrado por uma

---

<sup>7</sup> COLLINGWOOD, Robin. **A ideia de História**. Lisboa: presença, 2001. p. 244.

historiografia política e tradicional, foi definitivamente preterido por sua carga de aviltamento àquele povo que, frente aos romanos, foram considerados “bárbaros”, ou seja, violentos, destruidores, cupidos. Foi substituído pelo termo migrações, proposto por historiadores germânicos, os quais desejam, por sua vez, dar termo a sua própria visão desse acontecimento, ou ainda, traz à luz a visão dos “recém-chegados”.<sup>8</sup> O presente termo, aliás, parece de fato ser mais coerente com esse movimento histórico, pois desfaz uma terminologia (Invasões) que tem encerrado um sério valor pejorativo, assim como o próprio termo bárbaro para designar aqueles envolvidos nesse processo migratório. Não obstante, a terminologia migrações se encontra muito mais em consonância às vicissitudes do movimento desses povos, uma vez que eles secularmente vinham avançando em direção ao Ocidente Romano, em um contínuo e na maior parte das vezes pacífico contato com a civilização romana, quando não sob sua anuência. Portanto há que se excluir a ideia unívoca de uma avalanche humana repentina e violentamente irrompida, como o fez Lucien Musset ainda que, não obstante, tenha contribuído substancialmente com a ideia de que ambas as civilizações colaboraram, cada uma a seu modo, na construção de um lugar comum, havendo tanto a colaboração de elementos germânicos como romanos na constituição da civilização medieval nascente.<sup>9</sup> A constituição da civilização romana-bárbara seguida de sua lenta e paulatina evolução no sentido de formar uma civilização comum, sob a égide do cristianismo e, conjunturalmente, a partir da tentativa de reunificação de parte no Ocidente sob Carlos Magno, visto como uma revivescência da ideia de unidade romana, mas igualmente como uma “vocação” do Ocidente europeu em direção a unidade agora sob o bastião de uma fé comum, é sem dúvida um dos legados mais controversos da História desse período que nós chega até os dias atuais. Desde o clássico manual universitário de Roberto Lopez “O nascimento da Europa”,<sup>10</sup> com especial ênfase ao capítulo dedicado à essa discussão em específico que trata da formação do Império Carolíngio e sua dissolução: “ Esboço da Europa ou falsa

---

<sup>8</sup> BARBERO, Alessandro. **O dia dos bárbaros**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010. p. 21.

<sup>9</sup> MUSSET, Lucien. **Las Invasiones. Las oleadas germânicas**. Barcelona: Labor, 1982. p. 18.

<sup>10</sup> LÓPEZ, Roberto. **El nacimiento de Europa**. Madrid: Labor, 1965. p. 97.

partida?” até o livro de Jacques Le Goff “ As raízes medievais da Europa”<sup>11</sup> tem se tentado encontrar o gênese da Europa no alvorecer da Idade Média, e sempre no sentido de conversão para a unidade, para hoje talvez justificar, por exemplo, sua nova tentativa de união sob a égide do econômico com a Formação da Comunidade Européia que agrega dezoito países no uso de uma moeda comum: o euro. Em detrimento da “unidade econômica” vemos, no entanto, emergir a todo o momento a ressurgência de movimentos separatistas (e a questão do *ethos* novamente deveria se colocar) mesmo no interior de um mesmo país ou nação, como tem ocorrido na Espanha e no Reino Unido ou no Leste Europeu. Mais recentemente publicou-se um livro que pretender retomar essa questão analisando a construção historiográfica do próprio discurso histórico que reiteradamente, busca na Idade Média o berço da Europa.<sup>12</sup>

O termo invasões, assim como o próprio termo bárbaro, encerra, portanto, não uma verificação histórica de um acontecimento tal como se dera, mais uma valoração de uma cultura em detrimento de outra. Etimologicamente, bárbaro significa aquele que gagueja, que não consegue falar corretamente, cuja fala, sequer consegue expressar sua cultura.<sup>13</sup> Tzvetan Todorov, por sua vez, em um livro recente,<sup>14</sup> definiu de modo magnífico os conceitos de bárbaro e civilizado e seus desdobramentos históricos naquelas culturas onde a dualidade civilização/barbárie sempre se estabeleceria diante do encontro com o “outro”. Como Umberto Eco (ambos, filósofos e linguistas) deu particular ênfase ao lugar da fala, ou sua ausência, como expressão da cultura, sobretudo nas circunstâncias da caracterização e construção do bárbaro. Esse seria então essencialmente aquele que não tem cultura ou que, na melhor das hipóteses, não pode ou não sabe expressá-la, chegando por isso a ser considerado mesmo um ser desprovido de humanidade.

Assim pode-se compreender (sem aprovar) o fato de que numerosas populações se considerem como únicas a serem plenamente humanas, lançando os estrangeiros para fora da humanidade: a razão é que, por

---

<sup>11</sup> LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petropolis: Vozes, 2007.

<sup>12</sup> WOOD, Lan. **The Modern Origins of the Early Middle Ages**. Oxford University Press, 2013.

<sup>13</sup> ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 36.

<sup>14</sup> TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ser incompreensível, a cultura dos estrangeiros é julgada inexistente, ora, sem cultura, o homem não chega a ser humano.<sup>15</sup>

Isso é particularmente certo para o período e as circunstâncias que nos ocupa, sobretudo pela arrogada superioridade cultural romana sobre a germânica, ou seja, por aquela afirmar ser a portadora da língua universal que deveria ser compreendida, porta-voz da civilização e dos retos e superiores costumes. Já a língua, ou as línguas germânicas, tão incompreensíveis para os romanos quanto à língua romana para os germânicos, não passariam de grunhidos animais, uma vez que se trata da língua do “outro”, rebaixado à condição de barbárie e barbarizador.

### **A pretendida superioridade da cultura romana e o bárbaro como o “outro”**

Por sua vez, a cultura romana, primeiro clássica e depois cristã, fora nesses primeiros séculos a cultura dominante, apesar de devedora das tradições orientais, tanto a grega como as do Oriente Médio e da Ásia; dispunha dos instrumentos de salvaguarda da memória, como a escrita, e as leis codificadas, fazendo seus registros no sentido de menos importar ou vilipendiar o outro diante da sua auto-atribuída superioridade étnico-cultural e espiritual. Significativo disso é averiguarmos que em pleno século VI, o bispo hispano-visigodo Isidoro de Sevilha considera a língua grega a mais exímia entre todas.<sup>16</sup> Daí que o outro fosse quem fosse, por ver-se desprovido da cultura romana, era o bárbaro; sendo o outro, independentemente de quem fosse, por ver-se desprovido da cultura romana, era o bárbaro. Daí ainda, que o termo deve ser entendido nesse contexto na sua mais pejorativa acepção, ou ainda, como adjetivo de rude, violento, desprovido das letras e dos “bons modos civilizacionais”. Outro exemplo que nos demonstra que as palavras trazem em si, mais do que um significante objetivo ou uma simples nomeação, uma carga ideológica que sempre redundando em uma adjetivação, é o uso contemporâneo do termo vândalo para qualificar as pessoas que possuem uma atitude violenta e destruidora. Os Vândalos foram povos que pertenciam àquelas

---

<sup>15</sup> TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros...** Op. Cit., p. 40.

<sup>16</sup> ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologias**. Edição bilíngue (latim-espanhol), de J. Reta e M. A. M. Casquero, introdução e notas de Manuel C. Díaz y Díaz. Madrid: BAC, 2004. p. 729.

famílias das *gens* advindas do Norte e que, a partir do século V, se estabeleceram no Norte da África, antiga e rica província romana. Atravessaram o mar Mediterrâneo empurrados pelos godos, por sua vez, sob as ordens dos romanos. Portanto, sua “feroz” conquista de Cartago, capital daquela província, fora antes de tudo o resultado de uma fuga para diante, como seria comum entre as causas das movimentações dos povos germânicos nessa época. No mais, o que fizeram os Vândalos nessa sua nova morada? Pilharam, destruíram, mataram? Tal ferocidade deve ser nuançada, pois quem destruiria sua nova casa? Fizeram sim reflorescer a cultura romana, construindo novos edifícios, recrudescendo a produção agrícola e o comércio, as artes e as letras.<sup>17</sup>

Mas o problema é aqui mais que histórico; é historiográfico. Se no século V, período mais agudo das migrações germânicas, esses eram considerados “bárbaros” pelos romanos, uma vez que a cultura preponderante e escrita era a romana, a qual, como toda dominadora cultural, impõe a sua cultural mais pela força do ferro que pela palavra, tal visão perduraria Idade Média afora pelas mãos e pela boca dos ciosos herdeiros da cultura clássica, ou mais precisamente romano-cristã.

Portanto, a maior causa de estranheza na história do contato entre romanos e germânicos, talvez seja aquela promovida por uma historiografia positivista, política e nacionalista, de forte tradição romana que acentuou e recrudesciu a sua superioridade cultural sobre a germânica, ou pelo menos atribuiu aos germânicos a barbárie necessária para destruir sua civilização.<sup>18</sup> Como há nos informado Walter Pohl as “etnias bárbaras”, foram um construto romano, adotado ainda pela historiografia posterior. Essas *gens* tão plurais em expressões culturais e costumes, mesmo entre si, foram enquadradas numa só “espécie” pelos romanos. Nesse sentido é curioso demonstrar aqui que Isidoro de Sevilha, um “romano-godo” que, embora exaltasse a Hispânia sob os “bárbaros” e esses sobre a Hispânia<sup>19</sup> era tão profundamente romano em sua visão de mundo e formação cultural que passou a

---

<sup>17</sup> RICHÉ, Pierre. **As invasões bárbaras**: Lisboa: Europa-América, 1980. p. 93.

<sup>18</sup> PIGANOL, Andre. **L'Empire chretien**. Paris: PUF, 1972. p. 446.

<sup>19</sup> A constante exaltação da Hispânia consignada aos godos e a força com que esses submeteram os romanos é lugar recorrente na pena de Isidoro na História dos godos, de onde podemos considerar essa obra um verdadeiro panegirico a esse povo.



ser um dos arautos dessa visão mais etnogênica aglutinadora dos germânicos do que aquela “caleidoscópica”, muito mais razoável a multiplicidade e as especificidades intrínsecas que caracterizava, por sua vez, a heterogeneidade das *gens* germânicas, “Gens é uma multidão de pessoas que tem uma mesma origem ou que procedem de uma raça distinta de acordo com sua particular identificação, como *Grécia* ou *Ásia*”.<sup>20</sup>

No mais, por não assistirem os germanos uma concepção de Estado, segundo os moldes romanos, os próprios historiadores dos séculos XIX e meados do XX, imersos em movimentos nacionais e fundamentados por uma História iminentemente política, recrudesceram a ideia de que os povos não organizados em um Estado seriam uma anomalia que deveria ser corrigida.<sup>21</sup> Hoje, em razão de uma visão mais antropológica e multidisciplinar, que entende o encontro de culturas como um processo de aculturação mútua, de interpenetração recíproca, de circularidade cultural,<sup>22</sup> para usar um termo já a muito em voga, pode-se realizar uma releitura das fontes daquele período de modo a nos permitir encontrar mais simbioses, acordos, tolerâncias do que divergências e falta de equidade entre romanos e germânicos. A imposição unilateral e forçosa de um grupo étnico sobre o outro, cuja justificação é da imposição de uma cultura “superior”, “melhor”, buscando “corrigir” aquela “degradada”, “menor”, ou mesmo “ausente”, não pode mais nós servir como parâmetro para entender o contato e a inter-relação entre romanos e germânicos nesse período histórico, assim como em qualquer outro período e civilizações em circunstâncias análogas. Ademais, a Idade Média, berço da civilização europeia e ocidental da qual participamos, é o resultado da interpenetração das tradições romanas e germânicas sob a égide da cultura cristã; uma vez que esta, legada ou não pela Igreja, foi o elemento de fusão entre aquelas duas tradições em grande medida divergentes, ou dito de outro modo, a cultura cristã modificou a ambas na medida em que deu-lhes elementos comuns.

---

<sup>20</sup> ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologias...** Op. Cit., p 733.

<sup>21</sup> POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, L; ROSENWEIN, B. (org) **La Edad media a debate**. Madrid: AKAL, 2003. p. 35.

<sup>22</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13.

As raízes do estranhamento entre romanos e germânicos que, insistamos, é tão mais uma construção historiográfica do que uma observação *ipsum facto* daquela época por ela mesma, se firmou sobretudo no século XIX pela querela entre os chamados historiadores romanistas e germanistas. Os romanistas insistiam que a cultura romana era superior à germânica e que, portanto, submeteu-a de todo, de modo que o Ocidente só pôde conhecer, após as “invasões”, a cultura romana, “superior”, a única capaz de sobreviver e legar. Ela teria se alçado e escamoteado de todo a tradição germânica que não traria nada para compor com a nova civilização ocidental, medieval e posterior. Um dos arautos mais conhecidos dessa tese é Henri Pirenne, que afirmou que até o advento da expansão muçulmana no Ocidente no século VIII o mundo romano encontrava-se intocado em suas estruturas tanto materiais como sociais e religiosas.<sup>23</sup> Desta forma, para os romanistas, os germânicos não contribuíram com nenhum legado cultural, porque não tinham cultura (!), uma vez que os romanos eram os mais civilizados dos povos, haja vista seu direito, sua língua, sua literatura, seu pensamento (que, aliás, advirta-se quase nada criou, pois de fato tomou quase tudo dos gregos, que só souberam submeter militarmente), e sua religião que eram superiores a todos. Há que se considerar que Roma, como já se disse, conquistou a Grécia e se viu conquistada por essa; isto é, conquistou a Grécia militarmente, mas tudo, ou quase tudo, no campo das letras e do pensamento, só fez extrair dos gregos e quando muito naturalizar algumas de suas circunstâncias para sua realidade sociocultural. Quanto à religião romana, sabemos igualmente que seu período mais rico, mais criador, que conseguirá abstrair as divindades como seres transcendentais, de modo que o contato entre os humanos e os deuses dar-se-iam agora por uma via mais mística, filosófica e metafísica, deu-se quando Roma, no período helenístico, entrou em contato e tomou para si elementos da religiosidade oriental, ou seja, dos “bárbaros do Oriente”, egípcios, persas, hebreus, etc.<sup>24</sup>

Os romanistas insistiriam assim, no que tange a ideia de Nação, da importância do território como doador de identidade e coesão sociocultural e

---

<sup>23</sup> PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno**. Lisboa: Bom Quixote, 1962. p. 39.

<sup>24</sup> FERRY, Luc; JERPHAGNON. Lucien. **A tentação do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 15.

mesmo sócio-jurídica, que essa seria um legado inteiramente romano ao Ocidente. É certo que hoje vivemos, assim como todos os Estados ocidentais em maior ou menor medida, em uma *res publica*, onde se possui uma ideia abstrata do poder público, que intermedia e salvaguarda os valores e os modos de se fazer valer desse poder, por exemplo, na aplicação da justiça, no poder de polícia e na manutenção do exército nacional, na distribuição dos bens e direitos, deveres e obrigações a todos os cidadãos, se alçando, assim, e em todas essas circunstâncias, o poder público acima dos interesses particulares e privados. Claro que isso que acabamos de afirmar não é bem uma realidade prática, sobretudo porque a *res publica* clientelista romana parece ter perdurado nos modelos contemporâneos de governo republicano, isto é, a representação aristocrática se alça mesmo em países de eleições populares diretas. Não obstante, o costume germânico – que adota o poder privado sobre o público – tão bem aproveitados pela sociedade feudo-vassálica medieval, parece ainda ter colaborado com aquele quadro. Não queremos com isso dizer que o legado germânico dos particularismos, da indistinção entre o público e o privado, seja em si mau. Mal é o uso escuso e anacrônico que dele se faz ao longo da História, pois se tenta por em prática muitas vezes um costume que não esta mais em consonância com a época que o engendrou e o viveu.<sup>25</sup>

Portanto, não há legados históricos que sejam maus ou corrompidos em si, ou, de outro lado, bondosos ou virtuosos por si. É o uso interessado e parcial que fazemos dele, associando-o e o adequando às nossas especificidades espaços-temporais e ideológicas que geralmente criam ambientes de instabilidade e incongruências históricas.<sup>26</sup> Chegamos mesmo às vezes mesmo ao extremo de criar o “fato” ou a realidade histórica do passado. Como muito bem mostrou Patrick Geary, foi o próprio século XIX e inícios do XX que criou o conceito e a “realidade” das Nações na Alta Idade Média, a visão dos germânicos como um povo unitário, forjando uma língua e uma tradição cultural comum no seio de comunidades (*gens*) tão plurais quanto a suas línguas, crenças, costumes, formas de governo. Tal construção de um passado mais remoto para justificar os nacionalismos

---

<sup>25</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. Raízes medievais do Brasil. **Revista USP**, n. 78, p. 80-104, jun./ago. 2008. p. 86.

<sup>26</sup> GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 165.

emergentes desse passado mais recente lançou mão, por sua vez, da própria concepção romana clássica de etnia e nação, que data desde Heródoto. Este, mais do que ser o “pai da História” foi na verdade o “pai da etnografia clássica”, descrendo os povos que não romanos de forma homogênea, assim como necessariamente os consignando a um território doador de suas características tanto culturais como mesmo biológicas. Assim, os identificaria mais em razão ao pertencimento natural a um território, do que a uma língua, costumes ou credos próprios de suas dinâmicas e identidades socioculturais. Assim, desde a Antiguidade Clássica, e a partir de uma historiografia-etnológica romana da História, seria adotado o critério de ver a “si” necessariamente em relação ao “outro”, não obstante, fundamentados por uma percepção dicotômica e maniqueísta nesse ato de perceber e descrever a si em relação ao outro (ainda que fossem “outros”). Aqui podemos citar a própria realidade do povo germânico e de suas migrações nos séculos V e VI as quais, embora não possam ser negadas, foram otimizadas de tal forma pela historiografia que fez de um movimento contínuo e natural daqueles povos, e mesmo para o mundo romano já a eles secularmente acostumados, algo sem precedentes, escatológico. A historiografia alemã, por sua vez, quis com isso afirmar a força e a unidade germânica, por meio de uma raiz comum que teria lugar antes do seu desmantelamento pelas migrações com sua consequente pulverização étnico-cultural e geográfica em território romano.<sup>27</sup> Tal unidade deveria justificar posteriormente uma identidade germânica comum,<sup>28</sup> sobretudo no contexto da era napoleônica e do avanço dos franceses, principalmente a partir da ocupação da Prússia. Embora os franceses, quando do advento da afirmação de sua monarquia, se identificassem eles próprios aos germânicos (tanto a realeza como a nobreza francesa seriam descendentes dos francos conquistadores e não dos gauleses frequentemente submetidos), seriam agora identificados a *Romania* pelos germânicos contemporâneos em função de sua língua latina e da conveniência do contexto político e militar desse período. Tal construto justificava e enaltecia a ideia de uma nação germânica naquele país, pois

---

<sup>27</sup> GEARY, Patrick J. **O mito das Nações**. São Paulo: Conrad, 2005. p. 35.

<sup>28</sup> GOFFART, Walter. Los bárbaros en la Antigüedad Tardía y su instalación em Occidente. *In*: LITTLE, L; ROSENWEIN, B. (org) **La Edad media a debate**. Madrid: AKAL, 2003. p. 70.

como no passado, unidos em uma só nação e território antes das migrações (também esse um quadro ideal), haviam feito correr os romanos, poderiam agora, se novamente “restaurados” na sua antiga unidade, derrotar aos franceses herdeiros de Roma.<sup>29</sup> Por esses exemplos, poderíamos concluir que todo olhar ao passado, principalmente aquele mais longínquo, o constrói a partir dos parâmetros do investigador, para justificar seu momento histórico, geralmente a serviço de um grupo, como o de intelectuais orgânicos, ou simplesmente a partir de preocupações e necessidades que lhe são próprios. As divergências muitas vezes irreconciliáveis na História passam a ser, muitas vezes, e aqui particularmente, mais uma construção do historiador, tendo por parâmetros de valor, de virtuosidade ou de viciosidade, seu momento histórico. Essas valorações são geralmente maniqueístas e naturais ao seu momento histórico, mais do que uma verificação objetiva das vicissitudes da época e da fonte que investiga e dele se separa espaço-temporalmente. Desse modo, o historiador que se pretende muitas vezes imparcial, quase um Ser etéreo que sobrevoa seu objeto sem nele se imiscuir, de onde acredita vislumbrar sua fonte sem nela tocar ou por ela ser tocado, tirando-lhe a verdade objetiva, o como realmente aconteceu, para usar uma expressão consagrada de Leopold Von Rank,<sup>30</sup> deixa de precisar o essencial, ou ainda, que a História é necessariamente um construto do historiador, composta por uma imperativa interpenetração entre seu presente e o passado do seu objeto.

Os germânicos não possuíam uma concepção de Estado como os romanos, como já apontado acima. Seus parâmetros de identidade estavam assentados no pertencer a uma família, a um clã ou a uma comunidade, e não propriamente a uma territorialidade (especialmente se justificados por uma inserção legal e jurídica como se daria em Roma). No entanto, a etnografia clássica romana os identificava a uma territorialidade, contudo, no sentido de amalgamá-los em uma unidade demasiado amorfa e homogenia do que em estabelecer suas especificidades territoriais que obedeciam a tradições religiosas, políticas e históricas precisas. Mesmo contemporâneos à época das migrações, como Amiano Marcelino, o qual voltaremos a citar, reconhece em relação aos alamanos sua diferenciação em

---

<sup>29</sup> GEARY, Patrick J. **O mito das Nações...** Op. Cit., p. 38.

<sup>30</sup> SCHAFF, Adam. **História e Verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.101.

relação a outras gentes germânicas e mesmo no interior de seu próprio grupo, na medida em que percebe que o exército alamanco é formado por indivíduos de várias *nationes* alamanas, assim como reconhece uma certa complexidade política e militar em suas organizações. Entretanto sucumbirá a classificação clássica legada desde Heródoto, quando chama a todas aquelas gentes provindas do além Dânybio de *barbari* ou *germani*.<sup>31</sup> Mesmo quando a partir do século VI os chamados reinos romano-germânicos já estariam assentados em territórios precisos (grosso modo, os visigodos na Península Ibérica, os Francos na Gália, os ostrogodos e depois os normandos na Itália, os vândalos no norte da África), a razão de pertencimento a um Estado era mais étnico (no sentido aqui de uma comunidade de indivíduos que se identificam a sua gens) do que territorial. Um franco, assim o seria, não por morar na Gália do Reino Franco, mas por pertencer a uma tribo franca (sálícos ou ripuários, por exemplo). Assim, se um franco passasse a morar em um território ibérico visigótico não por isso passaria a ser visigodo legalmente falando; se aí cometesse algum delito seria julgado segundo a lei franca e não a visigótica. Entre os germanos, mais ou menos acentuadamente de acordo com suas tradições e contatos, não existia a ideia de nação, portanto, de identidade social e jurídica adquirida a partir do lugar do nascimento ou do seu estabelecimento, assim como concebia a Roma Antiga.<sup>32</sup> Daí que o direito, que em Roma era territorial, era consuetudinário entre os germânicos, isto é, vigoraria a personalidade das leis. Mesmo a percepção do território enquanto posse pública, permeada por leis e direitos a favor de um lugar abstrato, de um Estado enquanto bem público inexistia.

Mas nesse caso específico da territorialidade, de onde emerge as relações de aceitação ou intolerância à civilização medieval posterior tentará conciliar ambos os legados, sendo a sociedade feudal o reflexo melhor acabado disso, onde as relações sociais e de poder político, dar-se-ia de homem para homem, numa corrente contínua de laços de fidelidade ou dependência, entre um homem mais poderoso e um menos poderoso (contrato feudo-vassálico) ou entre um poderoso e um despossuído (senhores e servos).

---

<sup>31</sup> GEARY, Patrick J. **O mito das Nações...** Op. Cit., p.76.

<sup>32</sup> BANNIARD, Michel. **A Alta Idade Média Ocidental**. Lisboa: Europa-América, 1980. p. 64.

Mas, como já dissemos, embora os germânicos e os romanos participassem de civilizações próprias e muitas vezes dissidentes, mas nunca piores ou melhores em termos de valorações dualistas socioculturais, houve desde o início mais coesão do que conflito, mais consonâncias que desacordos, mais passividade que belicosidade, como se pôde pensar e apregoar por aquela historiografia política tradicional. Claro está que a historiografia que insistiu na “fealdade” dos povos germânicos, na sua pretensa inferioridade étnico cultural (e isso não se reverteria séculos depois por ocasião da ideologia nazista naquele país?) bebeu em fontes escritas por romanos, por homens que acreditavam pertencer à verdadeira civilização, que encerrava o melhor dos costumes, da ordem, das letras, da melhor e mais eficaz forma de governo e justiça. Dado isso, os “outros”, os bárbaros, deveriam ser submetidos para serem rechaçados ou escravizados, ou ainda, em função da “benevolência” romana, abraçados por sua cultura superior que melhoraria seu caráter e lhes traria ao seio da verdadeira civilização. Como já se disse, o mundo germânico é provavelmente a criação mais importante e duradoura do mundo romano;<sup>33</sup> são os outros, no sentido mais pejorativo que se possa dar a esse termo, identificados por uma unidade arbitrária e puramente acadêmica<sup>34</sup> para justificar a dualidade, igualmente arbitrária, entre romanos e bárbaros. Nesse sentido podemos inverter a tese do “assassinato de Roma” pelos bárbaros, pois na verdade, foram os romanos que “mataram” aqueles povos vindos do Norte, descaracterizando-os a ponto de mudar a própria concepção que tinham de si.<sup>35</sup> Agricultores guerreiros foram transformados em camponeses militares, suas crenças autóctones foram solapadas pela religião e pela cultura cristã. Para entrar no mundo romano pagaram o preço da assimilação ou mesmo o da sua total independência. Tornaram-se esse “outro”, uma unidade étnica artificial e pejorativa, o bárbaro. Partindo dessa observação podemos entender as palavras de um contemporâneo, Amiano Marcelino, que escreveu uma importante obra para o conhecimento da época em diversos livros, os quais conhecemos reunidos pelo título de *Histórias*. Aqui a descrição dos Hunos

---

<sup>33</sup> POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media... Op. Cit., p. 40.

<sup>34</sup> GOFFART, Walter. Los bárbaros en la Antigüedad Tardía y su instalación en Occidente... Op. Cit., p. 68.

<sup>35</sup> GEARY, Patrick J. **O mito das Nações**... Op. Cit., p. 76.

A sua ferocidade ultrapassam tudo; sulcam de profundas cicatrizes com ferros a face dos recém-nascidos para lhes destruir a raiz dos pelos... têm o corpo atarracado, s membros robustos e a nuca grossa; a largura das costas fá-los assustadores. Dir-se-ia que são animais de duas patas ou então daquelas figuras mal desbastadas, em forma de tronco de árvores, que ornamento os parapeitos das pontes... os hunos não cozinham, nem temperam aquilo que comem; alimentam-se de raízes selvagens ou de carne crua do primeiro animal que apanham e que aquecem por algum tempo na garupa dos cavalo entre as coxas. Não tem abrigo, não usam nem casas, nem tumba... não põem pé em terra nem para comer nem para dormir e dormem deitados sobre o magro pescoço da montada, onde sonham a sua vontade.<sup>36</sup>

Temos aqui a clássica descrição do bárbaro caracterizado por aquele desprovido de valores e costumes próprios da civilização greco-romana, ou seja, aquele que ignora a vida social sob uma lei comum, aquele que deve ser identificado por um comportamento animalesco, seja psíquico, seja físico, uma vez que não possuíam casas ou mesmo um país que lhe imprimariam os valores de uma sociedade e de uma cultura que deve reger e intermediar as relações entre os homens civilizados.<sup>37</sup>

Apesar disso, sabemos de muitos romanos que preferiam viver entre os bárbaros a viver entre os seus, principalmente os camponeses livres esmagados pela aristocracia detentora da terra e pelo fisco do Estado Romano extremamente oneroso nesses séculos e que, ademais, fixava os homens as suas funções e consequentemente ao seu *status* socioeconômico. Havia, portanto, cumplicidade entre romanos e germânicos, na medida em que a situação de marginalidade e opressão de ambos os grupos, bárbaros e humildes, mais os identificava do que os separava. Desse modo, as querelas não seriam necessariamente pautadas pela questão étnico-cultural, mais pelo social, entre os *potentes* de um lado e os *humilliores* de outro, gerando uma bipolarização social que caracterizará os séculos posteriores. Mas, se havia identificação e consonância de grupos humanos distintos (camponeses romanos e bárbaros) em função de suas condições aviltadas, havia também entre aqueles que a possuíam bens e poder. Como já se observou, as estruturas aristocráticas dos chefes germânicos seriam muito consoantes a da elite

---

<sup>36</sup> AMIANO MARCELINO. **Historias**. Madrid: Akal, 2002. p. 845.

<sup>37</sup> TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros...** Op. Cit., p. 26-27.



senatorial do Império.<sup>38</sup> Os chefes germânicos encontram seus correspondentes nos grandes proprietários romanos, os *potentes*, que possuem a terra e uma milícia armada sob seu comando. Nesse sentido, a elite germânica e a elite romana, no que toca ao domínio das terras e dos humildes, somados ao irredentismo a outros poderes, como o do Estado Romano, permitiram que se fundissem sem maiores percalços pelo menos do campo ideológico das novas condições socioeconômicas e sócio-jurídicas. Portanto, a bipolaridade é menos étnica que socioeconômica. Colocado isso, ouçamos uma fonte da época, escrita por Salviano de Marselha, a este respeito

Os pobres estão despojados, as viúvas gemem e os órfãos são pisados a pés, a tal ponto que muitos, inclusive gente de bom nascimento e que recebeu educação superior, se refugiam junto dos inimigos. Para não perecer a perseguição pública vão procurar entre os bárbaros a humanidade dos romanos, pois não podem mais suportar entre os romanos, a desumanidade dos bárbaros.<sup>39</sup>

Os termos “humanidade dos romanos” versus “desumanidade dos bárbaros”, já demonstra que o próprio vocábulo “bárbaro” era para eles menos um substantivo do que um adjetivo, cuja acepção remetia a um valor pejorativo. Entretanto, Salviano, romano cioso que é, vê-se obrigado a concordar que o “bárbaro” pode ser encontrado tanto entre os seus, os romanos, assim como a humanidade entre os germânicos. Salvos os superlativos próprios da retórica do período o texto mostra que as querelas e as dificuldades encontradas no Império Romano da época pouco ou nada tinha a ver de fato com a chegada dos “desumanos bárbaros” como se quis na época por alguns autores, sendo, não obstante, uma visão adotada e alargada por uma historiografia que nos chega até o dia de hoje, criando e recriando espacial e temporalmente uma intolerância pautada em um valor de juízo que já fora expurgado da historiografia desses últimos decênios graças a uma análise mais filosófica e antropológica da História.

Como já se disse, as incursões bárbaras em território romano foi uma fuga para diante em boa parte das vezes; povos mais hostis que empurravam povos

---

<sup>38</sup> BANNIARD, Michel. **Gênese Cultural da Europa**. Lisboa: Terramar, 1995. p. 95.

<sup>39</sup> Citado por LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1995. p. 36.

menos belicosos tomando-lhes o território, muitos dos quais já seriam seminômades ou mesmo estáveis agricultores e pastores, assentados em uma região específica que cultivavam. Muitas vezes esses povos só buscavam terras mais férteis, alimentos, troca comerciais, ainda que em gêneros, ou simplesmente estavam dispostos a se entregar ao *modus vivendi* romano que muitos respeitavam e desejavam participar. A violência dos bárbaros, de onde as “invasões”, muitas vezes se dava pela necessidade, pela fome, pela reivindicação desesperada da manutenção de acordos que muitas vezes os romanos não respeitavam aos bárbaros. Os romanos recebiam em algumas circunstâncias vezes esses povos em seu território sobre o título de federados, isto é, dar-lhes-iam um pedaço de terra para cultivarem em troca de impostos ou do serviço do exército. Em um desses casos, conta-nos uma fonte da época que os bárbaros pegaram em armas contra os romanos, pois esses os encerraram em um exíguo território sem recursos, e vendiam-lhes carne de cães e outros animais repugnantes em troca de seus filhos como escravos. Daqui que, os bárbaros vieram mais do que destruir o Império Romano, salvar-lhe em grande medida. Ofereciam a sua força no cultivo no campo, substituindo a mão de obra escrava escassa com o fim da expansão romana, assim como atenuavam suas mazelas oferecendo braços para seus exércitos, produção e divisas para o fisco do Estado, etc.

As razões, os meios, e as vicissitudes das instalações dos germânicos em território romano deve nos levar, entretanto, a um quadro mais complexo: o processo de fusão de suas culturas, sobretudo no âmbito de suas crenças e de seu imaginário, sempre mais profundo e arraigado.

A querela entre romanistas e germanistas, que já citamos acima, se acirra aqui. Os primeiros afirmaram que a cultura romana, superior, submeteu de todo a cultura germânica a ponto de nada dela sobrar e, principalmente, nada dela ressoar como legado a nova civilização ocidental, nascida do encontro de ambos os povos, como quisera demonstrar Henri Pirenne. Os germanistas, por sua vez, insistiram na colaboração da cultura germânica, de sua contribuição efetiva para nova civilização ocidental medieval e posterior; sobretudo, na sua contribuição contemporânea à própria chegada dos germânicos em território romano, tendo em vista que teriam se somado a eles no sentido sociocultural, e não só numérico. A

fusão não seria fácil: línguas diferentes, concepções de Estado próprias, ou ausentes no caso germânico. Possuíam ademais, credos religiosos, concepções do sagrado, do tempo, do espaço, da relação do homem com a natureza e com seus semelhantes, divergentes entre si. Mas, sem dúvida, houve a fusão; e a balança pendeu para o lado romano.<sup>40</sup> Como sabemos, o encontro de culturas nunca é hegemônico no sentido unilateral, há sempre uma aculturação no sentido de reciprocidade, onde mesmo aquela cultura que se impõe pela força física, ou por intenso trabalho ideológico de persuasão e proselitismo, acaba sendo influenciada e tocada por aquela cultura que desejava ver submetida e às vezes mesmos extinta num imperativo movimento de interpenetração recíproca.<sup>41</sup>

O processo de aculturação do outro, exige da cultura que se quer dominante, entender e revestir-se de algumas cosmovisões da cultura que se quer conquistada, sem eliminá-la de todo, pois só assim poderá convencer e fazer-se entender pelo outro.<sup>42</sup> Nesse sentido, são muito conhecidos os processos de naturalização, onde a cultura dominante reveste com as roupagens da sua tradição ideológica e religiosa o corpo sagrado e dos costumes do seu dominado. Geralmente tal processo deságua na criação de entidades, de conjunturas socioculturais híbridas, como acontecera, por exemplo, na época helenística com a fusão dos deuses do panteísmo greco-romano e oriental, ou com a cristianização do “paganismo” greco-romano nos séculos IV a VIII e, posteriormente, no contexto do descobrimento do novo mundo diante das novas religiosidades autóctones dos povos primitivos da América e África submetidos pela civilização cristã europeia.

### **O cristianismo: elemento comum ou mais uma vez o estranhamento?**

Quanto à fusão das estruturas culturais mais ligadas as circunstâncias ideológicas e da memória, como a língua, e a escrita com toda a tradição que encerra em si, já que sabemos que a língua condiciona mesmo os modos de pensar e de agir, a romanização se imporia à germanização; contudo, por um viés já cristão, de uma Roma cristã, de um latim vulgar, e não mais daquela cultura

---

<sup>40</sup> BANNIARD, Michel. **Gênese Cultural da Europa ...** Op. Cit., p. 74.

<sup>41</sup>FRANCO JR. Hilário. Meu, teu, nosso. Reflexões sobre o conceito de cultura intermediária. In: \_\_. **A Eva Barbada**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 30.

<sup>42</sup> ORONZO, Giordano. **Religiosidad popular en la Alta Edad Media**. Madrid: Gredos, 1983. p. 13.

própria da Roma Clássica. Portanto, a romanização dos germânicos não foi aquela promovida pela cultura clássica, mas pela cultura cristã, pois sabemos que a própria Igreja se apoiou e se apropriou das estruturas romanas, embora em contrapartida endossando-as ideológica e simbolicamente, sobretudo depois da conversão de Constantino.<sup>43</sup> Assim, quando a Roma do Ocidente esmaeceu a ponto de quase apagar-se de todo, a Igreja continuou e erigiu-se sobre os escombros daquele Império que, até o século V, caminhou lado a lado, sendo seu braço físico e de poder secular.

Nesse sentido, e antes de propiciar a coesão entre germânicos e romanos, ao identifica-los por uma tradição cultural comum, o cristianismo católico, a própria Igreja recrudescer a ideia de bárbaro aos germanos, entendidos sobre essa sua ótica como aqueles que desconheciam ou eram incapazes de participar da verdadeira fé, não obstante, desumanos, violentos, ignorantes. Assim, cristianizados, os germânicos passariam da barbárie à civilização, ou ainda, ao pertencimento a nova Roma cristã. Vale dizer que se a cristianização foi de fato um elemento de fusão, isso não se deu de modo tão passivo e positivo. As querelas no seio da própria definição do dogma, sobretudo as cristológicas, permitiam o aparecimento de mais de um “cristianismo”. Assim, é sabido que os germânicos adotaram o cristianismo ariano enquanto o Império se mantinha e militava a favor do cristianismo trinitário defendido como ortodoxo pelo Concílio de Niceia de 325.<sup>44</sup> A fé ariana, que entendida as três pessoas da Santíssima Trindade como não consubstanciais, ou seja, distintas e hierarquicamente dispostas poderia ser melhor apreendida para aqueles povos de tradição politeístas e animistas. Nesse sentido, o cristianismo como fé de profissão religiosa primeiro dissentiu mais que uniu, ou fez de modo a criar alianças como aquela empreendida entre Clóvis, “convertido” diretamente ao catolicismo e Roma, contra os demais povos germanos arianos, dentre os quais os visigodos e os ostrogodos que constituíam um perigo particular ao imperador Anastásio e que via agora em Clóvis, seu congênere católico, uma importante aliança.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> VEYNE, Paul. **El sueño de Constantino**. Madrid: Paidós, 2008. p. 52.

<sup>44</sup> JENKINS, Philip. **Guerras Santas**. São Paulo: Leya, 2013. p. 61.

<sup>45</sup> BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Prentice-Hall, 1999. p. 107.

Portanto, houve mais continuidade que mudança, com a mormente manutenção das estruturas romanas, e tanto as econômicas e políticas, como as da administração, justiça, e religião, embora a influência germânica ressoasse aqui e ali, como fora o caso do direito consuetudinário (vigente até a duração dos reinos romanos germânicos) e da privatização do governo e da força militar pelos senhores locais, no sentido de inaugurar relações sócio-jurídicas sem a intermediação do Estado; relações de homem a homem, que se estendeu do maior ao menor, do mais poderoso ao mais humilde, ainda que sob muitas gradações. Os contratos de trabalho, as relações de força, de poder, a aplicação da justiça e de sua medida, ficariam assim sempre a cargo do mais poderoso em relação ao menos poderoso ou dominado.

O tema presente é certamente um dos mais ricos e, portanto, um dos mais complexos para o entendimento do Mundo Ocidental no decorrer de sua história. De fato, o encontro entre povos de culturas distintas, embora sempre haja algum grau de identificação, implica sempre a questão do território, do espaço em que se está, e, a partir daí, as questões do pertencimento, do enraizamento sociocultural, da identidade física ou espiritual, que pede, obriga, nos momentos de deslocamentos a abertura de si ao outro, a partilha do seu “mundo” com o outro, muitas vezes sendo esse outro considerado como verdadeiro alienígena, até porque a visão geográfica do mundo para o homem medieval era concêntrica.<sup>46</sup> Nesse encontro, o medo tende a ser o sentimento mais ordinário, e a belicosidade advém mais de uma salvaguarda de si do que de um sentimento de superioridade ou anseios de poder e riqueza pela expropriação do vencido. A barbaridade dos germânicos, assim como dos índios americanos séculos mais tarde, pode ser assim considerada uma construção do dominado para justificar, mais do que sua conquista, seu medo. A inserção em um novo território é para os grupos humanos pré-industriais o equivalente a inserção em um novo mundo, um novo cosmos, e é tão desconcertante para o invasor quanto para o invadido. O invadido vê seu cosmos, ou seja, a organização harmoniosa e coesamente estabelecida de sua sociedade, e inclusive do mundo natural que se vê integrado, esfacelar-se; o

---

<sup>46</sup> ZUMTHOR, Paul. **La medida del mundo**. Madrid: Cátedra, 1994. p. 52.

invasor, por sua vez, muitas vezes mais movido por necessidades de subsistência e segurança do que por ganância e vontade de poder, como vimos, também sofre por ter que adequar-se a um mundo novo.

Assim, o próprio lugar, o próprio espaço muda; e muda tanto quanto mudam seus novos ou antigos habitantes, sobretudo se tivermos por parâmetros o homem micro-cosmos que engendra o mundo macro-cosmos. Muitas vezes até mesmo a percepção do tempo se condicionará as mudanças do espaço. Um território invadido leva geralmente a uma espera, ora desejosa, ora aterrorizante, de um tempo escatológico. Leva a integração ao tempo social ou da percepção natural do outro, de suas crenças, de sua visão de mundo e do sagrado. As migrações bárbaras tocam a questão da inserção no mundo do outro, e não só o mundo físico, mas aquele constituído por espaços socioculturais e do imaginário, uma vez que o outro é mais do que um ser biológico, é um ser cultural.

### **Referências Bibliográficas**

- AMIANO MARCELINO. **Historias**. Madrid: Akal, 2002.
- BANNIARD, Michel. **A Alta Idade Média Ocidental**. Lisboa: Europa-América, 1980.
- BANNIARD, Michel. **Gênese Cultural da Europa**. Lisboa: Terramar, 1995.
- BARBERO, Alessandro. **O dia dos bárbaros**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.
- BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Presença, 1999.
- BURKE, Peter. **O que é História cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- DURAN, Gilbert. **Campos do imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- COLLINGWOOD Robin. **A ideia de História**. Lisboa: Presença, 2001.
- ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- FERRY, Luc; JERPHAGNON. Lucien. **A tentação do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- FRANCO JR. Hilário. Meu, teu, nosso. Reflexões sobre o conceito de cultura intermediária. In: \_\_\_\_\_. **A Eva Barbada**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 27-40.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. Raízes medievais do Brasil. **Revista USP**, n. 78, p. 80-104, jun./ago. 2008.
- GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

- GEARY, Patrick J. **O mito das Nações**. São Paulo: Conrad, 2005.
- GEERTZ, Clifort. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GOFFART, Walter. Los bárbaros en la Antigüedad Tardía y su instalación en Occidente. In: LITTLE, L; ROSENWEIN, B. (org) **La Edad media a debate**. Madrid: AKAL, 2003. p. 50-79.
- JENKINS, Philip. **Guerras Santas**. São Paulo: Leya, 2013.
- ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologias**. Edição bilíngue (latim-espanhol), de J. Reta e M. A. M. Casquero, introdução e notas de Manuel C. Díaz y Díaz. Madrid: BAC, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petropolis: Vozes, 2007
- LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1995. 2v. V.1.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- LÓPEZ, Roberto. **El nacimiento de Europa**. Madrid: Labor, 1965.
- MUSSET, Lucien. **Las Invasiones. Las oleadas germánicas**. Barcelona: Labor, 1982.
- PIGANIOL, Andre. **L'Empire chretien**. Paris: PUF, 1972.
- POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, L; ROSENWEIN, B. (org) **La Edad media a debate**. Madrid: AKAL, 2003. p. 35-49.
- PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno**. Lisboa: Bom Quixote, 1962.
- SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ORONZO, Giordano. **Religiosidad popular en la Alta Edad Media**. Madrid: Gredos, 1983.
- RICHÉ, Pierre. **As invasões bárbaras**. Lisboa: Europa-América, 1980.
- TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- VEYNE, Paul. **El sueño de Constantino**. Madrid: Paidós, 2008.
- WHITE, Hayden. **Meta-História**. São Paulo: Edusp, 2008.
- WOOD, Ian. **The Modern Origins of the Early Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- ZUMTHOR, Paul. **La medida del mundo**. Madrid: Cátedra, 1994.